



**CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
PRIMEIRA REGIÃO - 2005**

SEGUNDA FASE

**PROVA ESCRITA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO
TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL,
DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CIVIL**

1. O candidato deverá desligar telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos eletrônicos, guardando-os na frente da sala junto com bolsa, mala, sacola, envelope que estiver portando, não sendo permitido acesso aos mesmos durante a realização da prova.
2. Preencha cuidadosamente o canhoto destacável no Caderno de Prova, colocando seu nome completo em letra de forma e a assinatura nos espaços próprios, sem destacar os canhotos nem preencher os campos destinados ao número da prova.
3. Nesta prova, somente poderão ser consultados textos legais sem comentários, sem notas explicativas e/ou anotações dos candidatos. Todo material é de uso individual, vedado o empréstimo a outro candidato.
4. Aguarde autorização do Juiz Coordenador da sala para abertura do Caderno de Prova e do Caderno de Questões. A duração desta prova será de 4 (quatro) horas.
5. O candidato só poderá entregar o Caderno de Prova e deixar o local da prova decorridas 2 (duas horas do seu início).
6. O Caderno de Questões só poderá ser levado pelo candidato que permanecer até o final das 4 (quatro) horas de prova.
7. Todas as respostas deverão ser fundamentadas somente nas folhas frontais e pautadas do Caderno de Prova. As respostas escritas no verso das folhas do Caderno de Prova serão desconsideradas. Também não serão consideradas as respostas constantes em folhas de rascunho; este será recolhido pelo Coordenador da Sala no ato da entrega da prova a fim de serem inutilizadas.
8. Só será permitido o uso de caneta azul ou preta. A letra deverá ser legível, evitando-se rasuras e emendas, sendo proibido o uso de corretor líquido.
9. Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até o recolhimento de todas as provas.
10. Será sumariamente desclassificado o candidato que tornar identificável a prova, conforme previsto no item 12.4 do Edital do Concurso.

1. A Emenda Constitucional 45 de dezembro de 2004 introduziu no cenário jurídico-político brasileiro dois institutos inéditos, o órgão conhecido como Conselho Nacional de Justiça e o mecanismo da Súmula Vinculante.
Formule um juízo crítico sobre ambos os institutos, aventando inclusive possíveis vantagens e/ou desvantagens que decorreriam de sua aplicação (2 pontos).

2. Determinado craque de futebol brasileiro - considerado um dos maiores e mais queridos jogadores de todos os tempos - foi recentemente biografado por conhecido jornalista. As herdeiras do desportista ajuizaram ação objetivando a proibição da venda dos livros, tendo em vista a revelação de fatos que seriam desabonadores da conduta de seu pai.
Quais os direitos fundamentais garantidos em sede constitucional que entrariam, no caso concreto, em rota de colisão?
Responda a questão de forma justificada, explicitando os princípios de hermenêutica constitucionais úteis para o deslinde da controvérsia. (2 pontos).

3. Quais as razões que levaram a doutrina a conceber o instituto da exceção de pré-executividade?
Discorra sobre a natureza jurídica do ato jurisdicional que rejeita ou acolhe a exceção em sede de Processo do Trabalho. (1,5 ponto)

4. Em determinada reclamação trabalhista João da Silva foi acusado, em contestação, de suspeita de furto de mercadorias do seu empregador. A sentença, na ocasião, acolheu a justa causa, sendo reformada pelo Tribunal, que julgou procedente o pedido de verbas decorrentes da rescisão contratual injusta. Considerou aquele Colegiado, na oportunidade, que foram insuficientes as provas produzidas para a caracterização da justa causa.
Transitada em julgado a ação, o reclamante, tempos depois, ajuizou nova ação em face da empresa, postulando, agora, indenização por danos morais, pois teria tido a sua honra ofendida quando da apresentação da defesa.
A partir destes elementos, analise a controvérsia sob o enfoque do marco e prazo prescricionais, bem como do direito de defesa do empregador. (1,5 ponto)

5. A Emenda Constitucional 45 de 2004 estabeleceu, para o ajuizamento do dissídio coletivo, a exigência de que tal se desse por comum acordo entre as partes.

Recebida a inicial do dissídio, sem a notícia da concordância do réu, qual deverá ser a providência do Juízo?

A exigência constitui pressuposto da existência do processo ou condição da ação? Justifique sua resposta. (1 ponto)

6. Brás Cubas era empregado "celetista" vinculado a uma fundação de Direito Público que, em 04 de fevereiro de 1989, ajuizou ação em face de seu empregador, postulando o pagamento de determinada gratificação que fora suprimida, parcelas vencidas e vincendas até inclusão definitiva em folha de pagamento.

A sentença de mérito transitada em julgado que ora se executa deferiu tal pedido nos exatos termos acima lançados.

Em dezembro de 1990 seu emprego foi transformado em cargo, com o advento da Lei 8112/90 que criou o Regime Jurídico Único no serviço público.

Estamos em 2006. O reclamante afirma que a coisa julgada não contém limitações; assim, seu crédito deve ser executado até os dias de hoje, até porque não incluída a parcela em folha de pagamento.

O Juízo de 1º grau acolheu tal pretensão.

Como você decidiria tal questão? Fundamente sua resposta. (1 ponto)

7. Quincas Borba ajuizou reclamação trabalhista em face do seu ex-empregador postulando o pagamento das diferenças de multa de 40% do FGTS sobre os chamados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos.

Em sua defesa, a Empresa "X" arguiu preliminares de incompetência absoluta e ilegitimidade passiva, além de prejudicial de mérito relativa à prescrição extintiva, e, no mérito propriamente dito, clamou pela improcedência do pleito.

O Juiz rejeitou as preliminares e a prejudicial, julgando improcedente o pedido.

Recorreu o autor, ordinariamente, e a ré, de forma adesiva, reiterando as preliminares e renovando a arguição de prescrição.

O Juízo de primeiro grau negou seguimento ao recurso adesivo por falta de interesse. Estaria correto tal ato do juízo? Justifique sua resposta. (1 ponto)